

**HABEAS CORPUS Nº 548.232 - SP (2019/0355282-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
BRUNO SHIMIZU - SP281123  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ALYSON SANTOS ROMÃO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ALYSON SANTOS ROMÃO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2214221-09.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 08/05/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, porque trazia consigo "50 (cinquenta) invólucros contendo a droga vulgarmente nominada cocaína, com peso aproximado de 39.67g, 48 (quarenta e oito) invólucros contendo o entorpecente vulgarmente nominado crack, com peso aproximado de 16.89g, 50 (cinquenta) eppendorfs contendo a droga vulgarmente nominada cocaína, com peso aproximado de 21.9g, 27 (vinte e sete) eppendorfs contendo o entorpecente vulgarmente nominado crack, com peso aproximado de 4.24g e 44 (quarenta e quatro) invólucros contendo a droga vulgarmente nominada maconha, com peso aproximado de 53.68g" (fls. 43-44). A prisão foi convertida em preventiva pelo Juízo de primeira instância.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem.

Neste *writ*, alega a Defesa que não houve fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva do Paciente.

Aduz que "o único elemento concreto do qual se valeu o r. juízo para proceder à decretação da prisão foi a alusão ao fato de o paciente possuir processo criminal em andamento, pelo qual sequer consta condenação" (fl. 6).

Argumenta que o Paciente é primário e de bons antecedentes e, caso

# Superior Tribunal de Justiça

condenado, "***certamente*** fará jus à redução de pena estampada no artigo 33, parágrafo 4º, da lei 11.343/2006 e, nesse passo, terá direito à substituição da pena corporal por restritiva de direitos e à fixação de regime aberto" (fl. 13).

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em favor do Paciente. No mérito, busca a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, sua substituição por medida cautelar diversa.

É o relatório inicial. Decido.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, notadamente porque o Juízo de primeira instância, ao converter a prisão em flagrante em preventiva, ressaltou que o Paciente "*responde por crime da mesma natureza do que subsidiou a presente prisão e encontra-se em liberdade provisória concedida há menos de um ano atrás*" (fl. 42), a evidenciar o risco concreto de reiteração delitiva, o que parece demonstrar a necessidade da prisão para garantia da ordem pública.

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se informações ao Juízo de primeira instância, solicitando-lhe, ainda, chave de acesso às informações processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora